

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DIRETORIA COLEGIADA

CNPJ Nº 26.461.699/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social de 2013

I. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos órgãos superiores e demais partes interessadas as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

II. Mensagem da Diretoria

Participar de forma ativa da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento. É esse o objetivo que permeia diuturnamente as ações de todos os nossos colaboradores e parceiros, em um compromisso e um dever que nos irmana e nos confunde, na busca incessante da consolidação de uma empresa estável e organizada, capaz de vencer os desafios do dia-a-dia e atingir a identidade entre eficiência e eficácia.

Mudança foi a palavra chave que sustentou todas as nossas iniciativas em 2013. Representa a superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cujo processo envolve a reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo.

Um processo dessa natureza exige, naturalmente, uma reapreciação dos padrões administrativos e dos instrumentos de ação, e isto afeta as convicções pessoais. Daí a dificuldade em admitir a necessidade de reformas. A máquina estatal é, via de regra, conservadora e, por consequência, os fenômenos de mudanças representam uma complicação adicional na implementação de iniciativas dessa natureza. Exige uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Clarividência para perceber o sentido das mudanças requeridas, arrojo para influir sobre as tendências na direção correta, e habilidade para conduzir a fase de transição, minimizando as reações de inércia e posições contrárias.

Não foi esta senão a preocupação que norteou as ações da Companhia ao longo do exercício de 2013, buscando novas formas que se revelassem mais eficientes sob o ponto de vista econômico, e mais justas, no tocante aos seus efeitos sociais. Isto envolveu, naturalmente, diversas adequações de ordem estrutural, um maior gerenciamento das informações, sustentado na eficiência do controle interno e na identificação e mitigação dos riscos.

A propósito, cumpre reafirmar que a Conab, dada à sua natureza jurídica e ao seu objeto social, não pode ser vista sob o ponto de vista exclusivo de uma organização mercantil, cuja avaliação se dá pela consecução de superávit, no sentido capitalista do termo. Sendo uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, na área social. Assim, na condução de seus negócios se estabelece uma dicotomia funcional, cujos limites não são facilmente identificados: a compreensão de quando a atividade tem sentido econômico ou social, ou até onde vai um ou outro aspecto.

Prioridade também recaiu na disseminação e consolidação, no tecido do corpo funcional, de uma visão estratégica, impregnando-se na conduta diária de cada colaborador, dirigentes e dirigidos, até mesmo nos atos mais corriqueiros. Nesse sentido, a direção elegeu como prioridade a retomada do planejamento estratégico, tático e operacional, focado na objetividade, instrumentalização, interação, integração, responsabilidade, unidade, flexibilidade, motivação e capacitação.

Aliás, de nada adianta conceber e implantar as ações estruturantes requeridas, se a Companhia não contar com a participação decisiva de todos os seus colaboradores – desde o mais humilde até o mais graduado –, força motriz do processo de mudanças. É esta a razão básica da intensificação dos programas de treinamento e capacitação, pois queremos contar com profissionais dedicados e comprometidos.

Sob o ponto de vista dos programas cuja execução é de responsabilidade da Companhia, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA merece um destaque especial, em face das expressivas transformações sócio-econômicas geradas por essa iniciativa estruturante, voltada ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar e, em particular, ao pequeno agricultor, para quem a vida, até a última década, foi feita apenas de esperança.

O Programa denominado de Vendas em Balcão vem garantindo a oferta de milho dos estoques públicos aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros pequenos empreendimentos familiares, a preços bem inferiores aos de mercado, garantindo a manutenção desse tipo de empreendimento.

A propósito, em decorrência da pior seca dos últimos 50 anos enfrentada pela região do semiárido, o Governo Federal determinou a Conab e as demais entidades envolvidas, a adoção de ações mais efetivas no sentido de mitigar os efeitos negativos advindos desse cenário adverso.

Diante da gravidade do cenário, a Conab, apesar das restrições materiais e financeiras, expandiu, de forma significativa, sua atuação na área da Sudene (Polígono das Secas), aumentando o fluxo mensal de suprimento de milho por meio de remoções e aquisições do produto, principalmente na Região Centro Oeste. Foram estruturados 115 pólos de atendimento, os quais promoveram a comercialização de 631.224 toneladas de milho em 2013, envolvendo 267.462 pequenos produtores cadastrados.

Também as iniciativas integradas à política de segurança alimentar e nutricional e voltadas ao atendimento aos grupos populacionais carentes, a exemplo dos acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos vulneráveis sob o ponto de vista da deficiência calórico-proteica provocada pela falta e/ou insuficiência de alimentação básica.

A propósito, apesar dos enormes avanços alcançados nos últimos anos na melhoria dos níveis sócio-econômicos experimentados pelas populações de menor poder aquisitivo, há ainda um enorme contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar, e a Conab tem um papel decisivo no processo de mudança do *status quo*, ou seja, o de contribuir para resgatar da fome essa parcela de brasileiros que, como bem definido por um ilustre pensador do sertão nordestino, *se extenuam na subnutrição ou definham na inanição*. Segundo ele, *matar a fome é mais do que vencer a morte, pois se a morte extingue o corpo e liberta a alma, a fome mata a alma no corpo sobrevivente, e sepulta o espírito nos cérebros atrofiados*.

Não menos importante é a assistência humanitária internacional, por meio de doação de produtos básicos dos estoques governamentais a países de vulnerabilidade sócio-econômica e aqueles assolados por calamidades públicas.

Mencionem-se, ainda, os diversos programas voltados à garantia de sustentação de preços e equilíbrio entre oferta e demanda, por meio da formação, comercialização e escoamento dos estoques públicos, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

É, pois, dentro desse universo de causas e efeitos que estamos atuando, de forma a materializar as mudanças estruturais e conjunturais requeridas, objetivando modelar uma empresa estável e organizada, e que cumpra plenamente o seu destino. É um desafio de três naturezas distintas a serem conciliadas, ou seja, o de harmonizar interesses, respectivamente, no plano econômico (geração e captação de recursos), no plano social (geração do bem-estar, razão da própria existência da Companhia, enquanto órgão de Estado) e no plano político (equilíbrio de poderes). Isso pressupõe a criação de uma doutrina cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, ou seja, uma consciência coletiva, a identidade da Companhia, capaz de controlar o poder, conter os abusos e prevenir a agonia dos conflitos.

São estes os compromissos que assumimos, e que ora reafirmamos, encarando os desafios de nos mantermos fiéis à tradição dos inovadores; inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e de crítica, como os sábios; com coragem para intervir nos momentos necessários, nas questões prementes e essenciais.

É este o sonho que nos embala e que diuturnamente buscamos transformá-lo em realidade, qual seja, a consolidação de uma empresa estruturada, forte e organizada, capaz de vencer os desafios do dia-a-dia e cumprir plenamente o seu destino.

A identidade entre eficiência e eficácia que conseguimos atingir em 2013 só foi possível graças aos nossos parceiros e clientes, que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar cada vez mais nosso desempenho, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro. A todos eles os nossos agradecimentos.

Aos nossos colaboradores, o nosso reconhecimento e nossa gratidão pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento, no esforço conjunto em construir uma empresa forte e estável. Eles constituem a parte fundamental do processo de mudanças da Companhia e dos resultados alcançados.

Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos da gestão, que nos ajudaram na conquista dos resultados de nossas ações, reconhecidas pela sociedade.

Por fim, os nossos profundos agradecimentos a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antonio Andrade, cujo decisivo apoio foi imprescindível para viabilizar as transformações levadas a efeito em 2013 e o alcance dos resultados positivos experimentados pela Companhia na execução dos programas sob sua responsabilidade.

A Diretoria

III. A Empresa

Sua natureza jurídica

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos da Lei N.º 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

Sua missão

A Conab tem como missão institucional “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e a execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Seu objeto social

Tem por finalidade executar a Política Agrícola, no segmento do abastecimento alimentar, a Política de Garantia de Preços Mínimos e fornecer subsídios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na formulação, no acompanhamento das referidas políticas, e na fixação dos volumes mínimos dos estoques reguladores e estratégicos.

Seus objetivos

I - planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;

II - implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;

III - executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;

IV - coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;

V - encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas e abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;

VI - desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;

VII - participar da formulação da política agrícola; e

VIII - exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

IV. Governança corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho

[1.] Governança Corporativa

A Conab procura adotar as práticas de governança corporativa, procurando seguir procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões de transparência.

[2.] Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da Conab contempla o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal. Também conta com a Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, e sua gestão é também auditada pela CGU e TCU.

Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão. Conta atualmente com a seguinte composição:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPOSTO DE SEIS MEMBROS TITULARES E SEIS SUPLENTE

- O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o preside.
- O Presidente da Conab, que substitui o Presidente em suas ausências e impedimentos.
- Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diretoria Colegiada

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão institucional da Companhia, os objetivos estratégicos e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DIRETORIA COLEGIADA

COMPOSTA DE CINCO MEMBROS

- Presidente
- Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização
- Diretor de Operações e Abastecimento
- Diretor de Política Agrícola e Informações
- Diretor de Gestão de Pessoas

Conselho Fiscal

Órgão de caráter permanente, de natureza colegiada e com autonomia e prerrogativas fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Tem como principal competência fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Conab e verificar o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários.

CONSELHO FISCAL

COMPOSTO DE TRÊS MEMBROS TITULARES E TRÊS SUPLENTE

- Membros designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após aprovação pela Presidência da República.
- Composto por um representante do Tesouro Nacional e dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Os membros elegerão, entre si, o seu Presidente.
- O mandato é de um ano, sendo admitida a recondução.



[3.] Força de Trabalho

Em 31.12.2013 a Companhia contava com 4.696 colaboradores, em contraposição a 4.452 do exercício de 2012, evidenciando uma expansão de 244 colaboradores.

QUADRO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012	
	Nº	%	Nº	%
Quadro Permanente	4.620	98,38	4.291	96,38
Em efetivo exercício	3.459	73,66	3.251	73,02
A Disposição de outros órgãos	1.031	21,95	1.040	23,36
Com ônus para a Conab	1.023	21,78	1.034	23,23
Sem ônus para a Conab	8	0,17	6	0,13
Licenciados	130	2,77	112	2,52
INSS / Acidente de Trabalho	74	1,58	60	1,35
Licença maternidade	9	0,19	5	0,11
Licença para Cargo Eletivo	6	0,13	5	0,11
Contrato Suspensão	9	0,19	19	0,43
Invalidez Temporária	32	0,68	23	0,52
Extra Quadro	76	1,62	49	1,10
Diretores	5	0,11	5	0,11
Assessores/Gestores	71	1,51	44	0,99
TOTAL	4.696	100,00	4.452	100,00

QUADRO POR SITUAÇÃO CONTRATUAL

DESCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012	
	Nº	%	Nº	%
Quadro Permanente	4.620	98,38	4.403	98,90
Contrato Interrompido	2.120	45,14	1.920	43,13
Contratos Antigos	1.617	34,43	1.623	36,46
Concursados a partir de 2004	503	10,71	297	6,67
Reintegrados e anistiados	2.500	53,24	2.483	55,77
Reintegrados	406	8,65	411	9,23
Judicialmente	406	8,65	411	9,23
Trânsito em julgado	346	7,37	348	7,82
Liminar	60	1,28	63	1,42
Anistiados	2.094	44,59	2.072	46,54
Judicialmente	365	7,77	365	8,20
Trânsito em julgado	290	6,18	273	6,13
Liminar	75	1,60	92	2,07
Administrativamente	1.729	36,82	1.707	38,34
Extra Quadro	76	1,62	49	1,10
TOTAL	4.696	100,00	4.452	100,00

V. Desempenho Corporativo

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	VALORES EM MIL		DIFERENÇA	
	2013	2012	R\$ MIL	%
Receita Operacional Bruta	1.628.762	1.888.123	(259.361)	(13,74)
Receita de Vendas	765.171	1.143.777	(378.606)	(33,10)
Receita de Serviços	22.759	18.147	4.612	25,41
Outras Receitas	840.832	726.199	114.633	15,79
Despesas Operacionais	871.977	764.468	107.509	14,06
Pessoal e Encargos	619.754	509.924	109.830	21,54
Comerciais e Administrativas	252.223	254.544	(2.321)	(0,91)
Resultado Bruto Operacional	18.932	46.450	(27.518)	(59,24)
Resultado Operacional	(12.213)	8.181	(20.394)	(249,28)
Resultado Líquido (Antes IR e CSLL)	(7.177)	69.895	(77.072)	(110,27)

COMPORTAMENTO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Cumprir asseverar que o prejuízo registrado no exercício de 2013 se deu por conta do pagamento realizado diretamente pela Conab, via recursos próprios, de parte da folha de pessoal de dezembro-2013, no valor de R\$27.549 mil.

Com efeito, os recursos para cobertura da folha são, via de regra, repassados, na sua integralidade, pelo Tesouro Nacional (Fonte 100). Com a excepcionalidade ocorrida em dezembro/2013, a Conab deixou de receber e consignar como receita o valor supracitado, daí o déficit registrado no resultado do exercício.

A motivação fática colocada em evidência para o não repasse integral dos recursos da folha de dezembro de 2013 foi o superávit financeiro auferido pela Conab no exercício de 2012. Entretanto, constata-se que, por meio de Nota Técnica aprovada pelos órgãos competentes e pelo Senhor Ministro da Fazenda, a totalidade do superávit foi destinado, após o pagamento dos dividendos ao Tesouro, exclusivamente para cobertura das despesas de capital em 2013, 2014 e 2015.

Recomposta a movimentação econômica com a inclusão, a título de receita, do valor não repassado pelo Tesouro, haveria uma reversão significativa no resultado, passando de um déficit de R\$7.176 mil para um superávit de R\$20.373 mil.

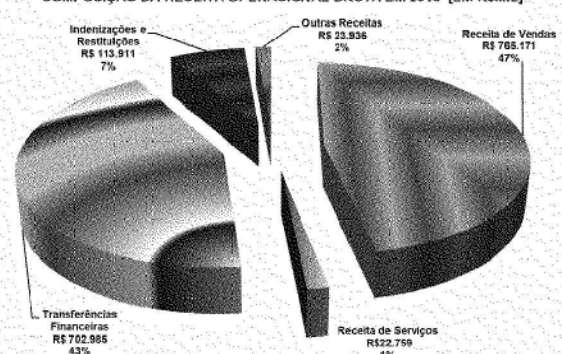
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO	
	JAN/DEZ - 2013	JAN/DEZ - 2012		%
Receita Bruta de Vendas e Serviços	787.930	1.161.925	(373.995)	(32,19)
De Vendas	765.171	1.143.777	(378.606)	(33,10)
De Serviços	22.759	18.148	4.611	25,41
Deduções (ICMS, PASEP, FINSOCIAL)	16.729	24.073	(7.344)	(30,51)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	771.201	1.137.852	(366.651)	(32,22)
Custo Líquido das Vendas e Serviços	752.269	1.091.402	(338.133)	(31,07)
Lucro Bruto Operacional	18.932	46.450	(27.518)	(59,24)
Despesas Operacionais	871.976	764.468	107.508	14,06
Pessoal	619.753	509.924	109.829	21,54
Comerciais e Administrativas	252.223	254.544	(2.321)	(0,91)
Outras Receitas Operacionais	840.831	726.199	114.632	15,79
Transferências Financeiras	702.985	622.661	80.324	12,90
Multas e Juros de Mora	4.021	2.842	1.179	41,48
Indenizações e Restituições	113.911	89.217	24.694	27,68
Receitas Imobiliárias	5833	5472	361	6,60
Outras Receitas	14081	6007	8074	134,41
Resultado Operacional	(12.213)	8.181	(20.394)	(249,28)
Resultado Não operacional	5036	61714	(56.678)	(91,84)
Resultado Econômico do Período (*)	(7.177)	69.895	(77.072)	(110,27)

COMPORTAMENTO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

DESCRIÇÃO	Exercício 2013		Exercício 2012		Variacão
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	%
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	787.930	48,38	1.161.925	58,38	(32,19)
De Vendas	765.171	46,98	1.143.777	57,46	(33,10)
De Serviços	22.759	1,40	18.148	0,91	25,41
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	840.832	51,62	828.511	41,62	1,49
Transferências Financeiras	702.985	43,16	724.973	36,42	(3,03)
Indenizações e Restituições	113.911	6,99	89.217	4,48	27,68
Outras	23.936	1,47	14.321	0,72	67,14
TOTAL	1.628.762	100,00	1.990.436	100,00	(18,17)

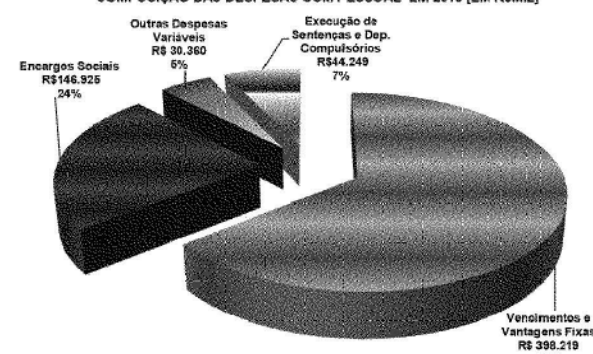
COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2013 (EM R\$ MIL)



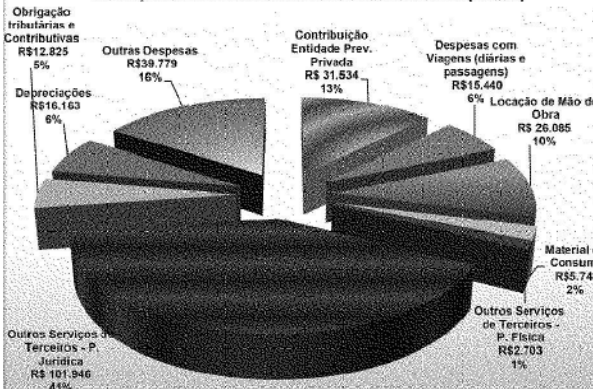
COMPORTAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	Exercício 2013		Exercício 2012		Variacão
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	%
DESPESAS COM PESSOAL	619.754	71,07	509.924	66,70	21,54
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	252.223	28,93	254.544	33,30	(0,91)
Contribuição ao Fundo de Previdência	31.534	3,62	28.587	3,74	10,31
Transferência ao Exterior - PNUD	686	0,08	6.084	0,80	(88,72)
Material de Consumo	5.748	0,66	9.811	1,28	(41,41)
Despesas com Viagens (Diárias e Passagens)	15.440	1,77	11.668	1,53	32,33
Outros Serviços de terceiros - P. Física	2.703	0,31	2.652	0,35	1,92
Locação de Mão de Obra	26.085	2,99	19.418	2,54	34,33
Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	101.946	11,69	96.070	12,57	6,12
Obrigações tributárias e Contributivas	12.825	1,47	34.547	4,52	(62,88)
Outras Despesas	55.256	6,34	45.707	5,98	20,89
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	871.977	100,00	764.468	100,00	14,06

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL EM 2013 (EM R\$ MIL)



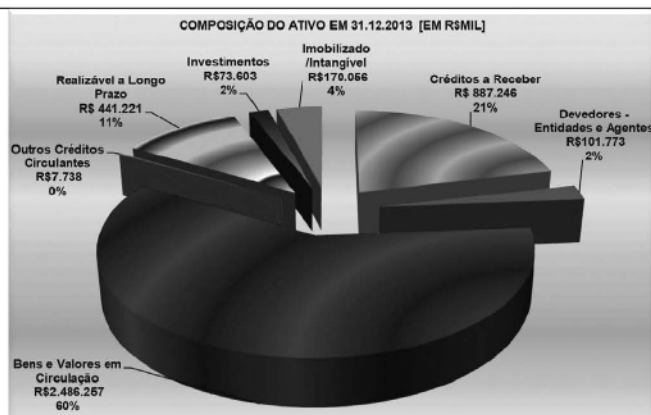
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS EM 2013 (EM R\$ MIL)

2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL
ESTRUTURA DO ATIVO

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2012, os valores do Ativo experimentaram um decréscimo nominal de 10,94%, tendo como principal fato gerador dessa performance a desaceleração de 12,71 % ocorrida nos saldos dos bens e valores em circulação e créditos em circulação (em termos monetários redução, no conjunto, de R\$506.846 mil).

Como é próprio do setor de atividades no qual se insere a Companhia, a principal aplicação se concentra no Ativo Circulante, o qual sofreu uma retração de 12,70%. Conforme registrado anteriormente, a performance observada no circulante se deu, basicamente, pela queda de R\$506.846 mil observada no volume dos bens e valores em circulação e créditos em circulação.

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$1		VARIÇÃO %
	31/12/2013	31/12/2012	
Ativo Circulante	3.483.014	3.989.786	(12,70)
Disponibilidades	1.125	1.063	5,83
Aplicações Financeiras	1.125	1.063	5,83
Créditos em Circulação	995.569	1.257.681	(20,84)
Bens e Valores em Circulação	2.486.257	2.730.991	(8,96)
Valores Pendentes de C. Prazo	63	51	23,53
Ativo Não - Circulante	684.881	690.052	(0,75)
Realizável a Longo Prazo	441.221	440.681	0,12
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	143.907	138.973	3,55
Créditos Realizáveis a L. Prazo	297.314	301.708	(1,46)
Investimentos	73.603	78.259	(5,95)
Imobilizado	170.015	171.052	(0,61)
Intangível	42	60	(30,00)
Total do Ativo	4.167.895	4.679.838	(10,94)



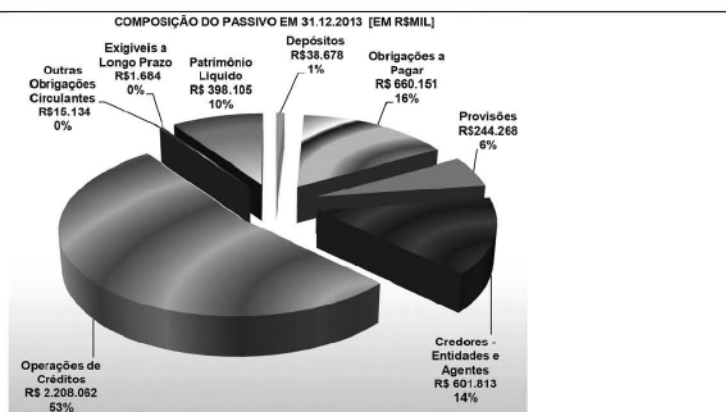
ESTRUTURA DO PASSIVO

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$1		VARIÇÃO %
	31/12/2013	31/12/2012	
Passivo Circulante	3.768.704	4.273.055	(11,80)
Depósitos	38.678	51.147	(24,38)
Obrigações em Circulação	3.730.026	4.221.908	(11,65)
Obrigações a Pagar	660.151	208.874	216,05
Provisões	244.268	234.074	4,36
Operações de crédito	2.208.062	2.910.549	(24,14)
Credores - Entidades e Agentes	601.813	848.230	(29,05)
Outras Obrigações	15.732	20.181	(22,05)
Passivo Não Circulante	1.684	1.639	2,75
Patrimônio Líquido	397.506	405.144	(1,89)
Total do Passivo	4.167.894	4.679.838	(10,94)

Na comparação com o saldo de 31.12.2012, o Passivo Circulante experimentou um decréscimo nominal de 11,82%, ligeiramente inferior à observada no Ativo Circulante (12,70%). Em consequência, a Companhia passou a possuir R\$0,92 de disponibilidades imediatas, estoque e créditos de curto prazo para fazer frente a cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo, em contraposição a R\$0,93 do final do exercício de 2012 (liquidez corrente).

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$1		
	31/12/2013	31/12/2012	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	3.483.014	3.989.786	(506.772)
(-) PASSIVO CIRCULANTE	3.768.106	4.273.055	(504.949)
(=) CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(285.092)	(283.269)	(1.823)

As Operações de Crédito, que representam o financiamento dos recursos para a operacionalização dos estoques públicos pela Companhia – formação dos estoques e despesas operacionais – apresentaram um saldo devedor de R\$2.208.062 mil, em contraposição a R\$2.910.549 mil de 31.12.2012, evidenciando um decréscimo nominal de 24,14%. A participação sobre o conjunto das obrigações caiu do patamar de 62,20% para 52,98%.



VI. Desempenho Operacional

Em cumprimento de sua missão institucional, e em conformidade com as suas competências estatutárias, a Conab, no transcorrer do exercício de 2013, teve uma forte atuação nos programas por ela executadas, com destaque para os que se seguem:

1. GARANTIA DE SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESCOAMENTO DE PRODUTOS

Além das Aquisições do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também foi responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola denominados de Valor de escoamento do Produto - VEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar e Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.

1.1 Prêmios Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

1.2 Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirirem produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder ao escoamento da safra para a região de consumo.

1.3 Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar e as Unidades Industriais Produtoras de Etanol Combustível

Subvenção concedida aos produtores fornecedores independentes de cana de açúcar e às Unidades Industriais produtoras de Etanol Combustível, com produção localizada na Região Nordeste.

1.4 Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

1.5 Valor de Escoamento do Produto - VEP

Representa o valor pago a um segmento consumidor definido (bovinocultores, suinocultores, avicultores, caprinocultores e indústrias de ração), que adquira estoques governamentais e se dispõe a escoá-los para a região de consumo estabelecida no edital de venda.

1.6 Contrato de Opção de Venda

Constitui-se em uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. Objetiva proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda de preços.

2. COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

3. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e de Desenvolvimento Agrário - MDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

3.1 Compra Direta da Agricultura Familiar

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

No transcorrer do exercício de 2013 foram adquiridas 24.953 toneladas de produtos, beneficiando 13.254 agricultores familiares e envolvendo recursos da ordem de R\$96.453 mil.

3.2 FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR ESTOQUE

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de "A" a "E" do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2013 foram beneficiados 4.218 agricultores familiares, movimentando 16.977 toneladas de produtos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$28.627 mil.

3.3 COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CPR DOAÇÃO

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional. Essa ação relaciona-se à parceria mantida com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

No transcorrer do exercício de 2013 foram distribuídas 99.239 toneladas de produtos a 33.749 beneficiários, envolvendo recursos da ordem R\$176.410 mil.

4. DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Inserido no contexto das ações estratégicas do Fome Zero, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional mediante a garantia das populações carentes o acesso à alimentação, não só internamente, como também no contexto de países com necessidades de ajuda humanitária.

8. VENDAS EM BALCÃO

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho dos estoques governamentais aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros, em suas respectivas regiões, e a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

Conforme mencionado anteriormente, os efeitos da pior seca dos últimos 50 anos na região de abrangência da Sudene demandou da Conab um aumento substancial de suas ações naquela área, fornecendo milho aos pequenos produtores, a preços bem inferiores aos de mercado.



Por meio de 115 pólos de atendimento, a Conab aumentou substancialmente a oferta de milho na região, tendo sido comercializadas 631.224 toneladas em 2013, envolvendo o atendimento de 267.462 pequenos produtores cadastrados.

Consideradas as demais regiões, a estrutura de atendimento disponível atingiu 140 pólos e um número de 318.608 e pequenos varejistas cadastrados, tendo sido comercializado o montante de 719.539 toneladas.

5. DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS

Por força de Termo de Cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e em articulação com outras entidades públicas, a Conab promove a distribuição de cestas básicas a acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidos por barragens, indígenas, pescadores artesanais, como também os atendimentos especiais.

6. ATENDIMENTO EMERGENCIAL

Essa ação visa assegurar a suplementação alimentar e nutricional de comunidades vitimadas por calamidades públicas e em situação de insegurança alimentar.

7. AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Tem como objetivo prestar assistência humanitária, por meio de doação de alimentos, a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, como também nos casos de calamidades públicas, provocadas por desastres.

9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM E ACOMPANHAMENTO DO SETOR

Dispondo de uma rede de 98 complexos armazenadores, com capacidade estática de aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais.

De conformidade com a Lei N.º 12.873, de 24 de outubro de 2013, a Conab promoveu a contratação do Banco do Brasil S/A, objetivando a contratação, por aquela entidade, dos serviços de reforma, reforma, ampliação e construção de novos armazéns, objetivando modernizar e ampliar a capacidade estática do parque armazenador da Conab. O projeto contempla a modernização de 80 unidades armazenadoras e construção de mais unidades, envolvendo recursos da ordem de R\$467,0 milhões, com elevação da capacidade estática em 685.000 toneladas.

Além de sua rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 17.359 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 145,5 milhões de toneladas.

10. ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PEQUENO PORTE

Por meio do programa denominado de “*Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap*”, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro.

Busca-se, dessa forma, a melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local. Outro ponto positivo a ser considerado refere-se à viabilização de um novo canal para o escoamento da produção da Agricultura Familiar.

Ao final de 2013, o Programa já contava com um número significativo de varejistas cadastrados, diversas Centrais de Negócios em operação e outras em fase de estruturação.

11. FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2013 contaram com mais de 261 fiscais, que realizaram a vistoria quantitativa em 2.416 armazéns, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques. O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a mitigação dos índices de perdas e inibição de desvios, tendo sido observado uma redução dessas ocorrências em 60,00%, na comparação com o exercício de 2012.

No exercício de 2013 foram intensificadas as ações de fiscalização no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, contemplando 434 projetos, 2.243 produtores, 1.668 entidades beneficiárias, tendo sido utilizado nessas operações um contingente de 138 fiscais.

Outros programas de relevância também mereceram prioridade no transcorrer do exercício de 2013, tendo sido destacados 92 fiscais, que realizaram 1.992 vistorias em 17 Unidades da Federação.

12. MODERNIZAÇÃO DO MERCADO ATACADISTA DE HORTIGRANJEIROS

A Portaria MAPA N.º 171, de 24 de março de 2005, instituiu, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor.

O propósito é que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização em todas as fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, objetivando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional das populações.

Atualmente o PROHORT disponibiliza três ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização nas Centrais de Abastecimento:

- **Preços** diários e médios de comercialização dos 48 principais produtos comercializados em 46 mercados atacadistas
- **Sistema de Informações Setoriais de Comercialização – Siscom**, que contém informações sobre a movimentação física e financeira de 58 Mercados Atacadistas em 22 Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos.
- **Informações de Mercado**, que disponibiliza informações sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização de 58 Mercados Atacadistas.

13. FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DE SEGURO RURAL

A Resolução n.º 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR faculta ao Mapa ou à Conab fiscalizar, *in loco*, todas as fases e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

As ações executadas pela Conab envolvem, entre outros aspectos, a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos Laudos de Fiscalização em cada propriedade.

14. PESQUISA E AVALIAÇÃO DE SAFRAS

A Conab realiza sistematicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo. Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implantação do Projeto Geosafas. São levantadas informações relativas à área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas, evolução das culturas desde o preparo do solo até a colheita, tecnologias utilizadas pelos produtores, influências climáticas, entre outras variáveis julgadas relevantes para o setor.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, via de transporte, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda com relação às iniciativas de acompanhamento e avaliação de safras, cabe mencionar a inserção no rol de ações desenvolvidas o acompanhamento e avaliação da safra brasileira de cana de açúcar, laranja e das culturas de dendê e pinhão manso.

15. DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

O desafio da agricultura, do abastecimento e da segurança alimentar, no contexto do macroprocesso produção-circulação-distribuição-consumo, vem exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento da inteligência nas organizações que lidam com esses segmentos, e que envolvem aspectos de natureza política, ambiental, econômico e social, que sustentam a criação de oportunidades de investimentos produtivos, como também o subsidiam à tomadas de decisões dos agentes públicos e privados.

A formação dessa inteligência deve passar, inexoravelmente, pela coleta, tratamento, análise e divulgação das informações. A continuidade, consistência e transparência dessas variáveis é que proporciona a credibilidade e contribui para o desenvolvimento das instituições e da cidadania.

Essa é uma preocupação manifestada pelos diversos organismos e instituições internacionais, a exemplo da FAO e G20, com os aspectos qualitativos das informações agrícolas, o que vem a exigir o fortalecimento das instituições responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento relacionados ao setor agrícola.

A Conab, consoante as suas responsabilidades estatutárias, promove a geração de informações e do conhecimento no âmbito do setor agrícola e do abastecimento. A propósito, cumpre asseverar que a informação agrícola é fator crítico, porquanto está relacionado às questões de segurança alimentar sob o ponto de vista nutricional.

Dentro desse contexto, promove a coleta, análise e a divulgação de informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento. Como exemplo, mencione-se a base de dados de quase 11.700 séries de preços de produtos agropecuários, insumos e de índices de produção e de exportação.

16. DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO – CONT.

A manutenção e disponibilização dessa matriz exigem o acompanhamento sistemático das informações e das oscilações de mercado. No contexto de sua política de democratização e transparência, a Conab disponibiliza *on-line*, em seu site, informes sobre preços de insumos, preços mínimos, preços praticados pela Agricultura Familiar e os de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF.

A Conab promove a divulgação, por meio da revista “Indicadores da Agropecuária”, de informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional – incluindo informações do agronegócio de mais de 2.200 produtos -, crédito agrícola, entre outras informações relevantes.

Todo esse trabalho é sustentado por metodologias reconhecidas, de forma a gerar informações e conhecimentos consistentes, isentos e atualizados. A propósito, em 2013 foi aprimorada e consolidada a metodologia de pesquisa de preços implantada em 2012, objetivando a padronização, atualização e modernização dos métodos de coleta, tratamento e divulgação das informações.

17. NOVAS PARCERIAS.

No final de 2012, a Conab firmou parceria inédita com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, materializada por meio de assinatura de Acordo de Atuação Conjunta, cujo objeto é o de formalizar e conjugar os esforços entre as partes, visando promover o fortalecimento do segmento da produção rural com base familiar, dentro das seguintes linhas de ação: **a)** apoio a investimentos na melhoria da infraestrutura produtiva de empreendimentos coletivos rurais de base familiar, voltados à estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização; **b)** desenvolvimento de ações visando à inserção dos produtores rurais de base familiar nos mercados institucionais e privados de alimentos; **c)** fomento a inovação no segmento da produção rural da base familiar, visando promover a melhoria da qualidade dos produtos e aumento da produtividade.

O Acordo supracitado terá vigência de cinco anos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$23.000.000,00, oriundos do Fundo Social do BNDES. Em fevereiro de 2013 foi publicado o Edital de Chamada Pública BNDES/CONAB, que disponibilizou R\$5.000.000,00 para projetos de até R\$50.000,00. De um total de 1.633 projetos inscritos, a Comissão Julgadora selecionou 102, que totalizaram R\$4.969.307,39.

Para o segundo Edital estão previstos recursos da ordem de R\$15.000.000,00, e o período de inscrição será de 17/2/2014 a 31/3/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013				
ATIVO		VALORES EM R\$ MIL		PASSIVO
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE	3.483.015	3.989.786	CIRCULANTE	3.768.704
DISPONÍVEL	1.125	1.063	DEPÓSITOS	38.678
Aplicações Financeiras	1.125	1.063	CONSIGNAÇÕES	7.111
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	995.570	1.257.681	Pensão Alimentícia	1
CRÉDITOS A RECEBER	887.246	836.575	Planos de Seguros	233
Devedores por Fornecimento	10.951	129.214	Empréstimos	546
Créditos Tributários	260.853	254.355	Outros Tributos e Consignações	6.331
Recursos a Receber	456.933	294.016	RECURSOS DA UNIÃO	12.516
Créditos Diversos a Receber	158.509	158.990	Recursos Fiscais	4.537
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	101.773	415.358	Recursos Previdenciários	7.979
Entidades Devedoras	1.114	14.332	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.051
Créditos Parcelados	174	300	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.730.026
Recursos da União	100.485	400.726	OBRIGAÇÕES A PAGAR	660.150
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	6.551	5.748	Fornecedores	640.309
Adiantamentos a Pessoal	6.551	5.748	Pessoal a Pagar	308
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.486.257	2.730.991	Encargos Sociais a Recolher	14.705
Estoques para Alienação	1.977.608	2.115.378	Obrigações Tributárias	1.004
Estoques de Distribuição	230	239	Débitos Diversas a Pagar	3.824
Estoques Internos - Almoarifado	1.705	2.131	Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	0
Títulos e Valores em Circulação	491	727	PROVISÕES	244.867
Materiais em Trânsito	8.105	14.012	Provisão para Férias	41.580
Compra Antecipada - Entrega Futura	498.118	598.504	ICMS s/Mercadorias para Revenda	295
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	63	51	Provisão para ICMS	46.469
Valores Pendentes	63	51	Provisão para Contingências	131.122
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	684.880	690.052	Provisão para INSS	9.251
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.221	440.681	Provisão para IRPJ e CSLL	599
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	143.907	138.973	Provisão para o PIS/PASEP	0
Recursos Vinculados	143.907	138.973	Encargos Sociais sobre Provisões	15.551
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	297.314	301.708	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	601.813
Devedores - Entidades e Agentes	197	859	Entidades Credoras	601.813
Créditos Diversos a Receber	297.117	300.849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.208.062
INVESTIMENTOS	73.603	78.259	Operações Especiais	2.208.062
Participações Societárias	27.803	27.803	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	10.296
Outros Investimentos	45.800	50.456	Adiantamentos de Clientes	10.296
IMOBILIZADO	170.014	171.052	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	9
Bens Imóveis	303.093	291.652	OUTRAS OBRIGAÇÕES	12
Bens Móveis	86.022	81.452	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.817
Depreciações	(219.101)	(202.052)	PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.685
INTANGÍVEL	42	60	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	722
TOTAL	4.167.895	4.679.838	Depósitos e Cauções	722
			OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	963
			OBRIGAÇÕES A PAGAR	963
			Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	2
			Entidades de Previdência Complementar	0
			Entidades Federais	961
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	397.506
			Capital	302.801
			RESERVAS	94.705
			Reservas de Lucros	94.705
			LUCROS A DESTINAR	0
			TOTAL	4.167.895



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013			Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013				
DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL		DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2.013	2.012		2013	%	2012	%
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	787.930	1.161.925	1.RECEITAS	792.965	115,97	1.223.639	175,98
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	765.171	1.143.776	1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	787.930	115,23	1.161.925	167,11
Vendas Estoques Estratégicos	271.852	709.833	1.2 - Outros Resultados	5.035	0,74	61.714	8,88
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	493.317	433.908	2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	932.528	136,38	1.237.000	177,90
Vendas Atacado - Outros	1	55	2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	771.095	112,77	1.092.608	157,14
Adição a Receita de Vendas	1	(20)	2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	161.433	23,61	144.392	20,77
RECEITA DE SERVIÇOS	22.759	18.149	3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(139.563)	-20,41	(13.361)	-1,92
Serviços de Armazenagem	22.735	18.102	4.RETENÇÕES	17.582	2,57	17.609	2,53
Outros Serviços	24	47	4.1 - Depreciação	17.582	2,57	17.609	2,53
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	16.729	24.073	5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(157.145)	-22,98	(30.970)	-4,45
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	771.201	1.137.852	6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	840.909	122,98	726.295	104,45
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.186.269	1.788.252	6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	840.909	122,98	726.295	104,45
CMV - Estoques Estratégicos	593.393	1.183.328	7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	683.764	100,00	695.325	100,00
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	592.743	604.378	8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	683.764	100,00	695.325	100,00
CMV - Atacado e Outros	133	546	8.1 - Pessoal e Encargos	676.838	98,99	564.854	81,24
(+/-)ARREDONDAMENTOS	(38)	(10)	8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	11.101	1,62	58.104	8,36
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(433.962)	(696.840)	8.3 - Juros e Aluguéis	3.002	0,44	2.472	0,36
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	18.932	46.450	8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	(7.177)	-1,05	69.895	10,05
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	871.976	764.468	8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	436	0,06	271	0,04
(-)DESPESAS DE PESSOAL	619.753	509.924	8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	163	0,02	102	0,01
Vencimentos e Vantagens Fixas	398.219	332.652	8.7 - Resultado Líquido do Exercício	(7.776)	-1,14	69.522	10,00
Obrigações Patronais	146.925	126.841	8.8 - Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	0	0,00	16.512	2,37
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	30.360	28.350	8.9 - Destinação para Reserva Legal	0	0,00	3.476	0,50
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	44.249	22.081	8.10 - Lucros/Prejuízos Retidos	(7.776)	-1,14	49.534	7,12
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	252.223	254.544					
Despesas/Receitas Financeiras	720	347					
Contrib. a Entid.Fechadas de Previdência	31.534	28.587					
Transferências ao Exterior	686	6.084					
Material de Consumo	5.748	9.811					
Diárias-Pessoal Civil	10.711	8.056					
Passagens e Desp.com Locomoção	4.729	3.612					
Serviços de Consultoria	0	16					
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.703	2.652					
Locação de Mão-de-Obra	26.085	19.418					
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	101.946	96.070					
Obrigações Tributárias e Contributivas	12.825	34.519					
Aquisições de Bens para Revenda	(2)	0					
Outras Despesas Operacionais	54.538	45.372					
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	840.831	726.199					
Transferências Financeiras	702.985	622.661					
Multas e Encargos de Outras Origens	4.021	2.842					
Indenizações e Restituições	113.911	89.217					
Receitas Imobiliárias	5.833	5.472					
Receitas de Valores Mobiliários	7	8					
Receitas Diversas	14.074	5.999					
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0	0					
RESULTADO OPERACIONAL	(12.213)	8.181					
OUTROS RESULTADOS	5.036	61.714					
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.219	62.383					
Alienação de Bens Móveis	(490)	(528)					
Alienação de Bens Imóveis	4.181	62.022					
Depreciação - Reversão	528	889					
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	(817)	669					
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(7.177)	69.895					
Provisão para Imposto de Renda	436	271					
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	163	102					
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.776)	69.522					
LUCRO POR AÇÃO	(4,18)	37,38					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	(7.177)	69.895
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	34.968	(66.445)
Depreciações e Amortizações	17.067	16.340
Aumento (Redução) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	122.475	(167.450)
Aumento nos Créditos Tributários	(5.529)	(17.994)
Redução (Aumento) nos Recursos Fiscais e Previdenciários	(8.070)	3.418
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(162.917)	(38.363)
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores	313.641	(122.152)
Aumento (Redução) em Pessoal e Encargos	12.449	(194)
Aumento (Redução) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	4.805	(8)
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(457.753)	74.305
Aumento nas Consignações e Fornecedores	457.626	27.781
Redução nos Depósitos e Cauções	(8.498)	(70.393)
Aumento (Redução) nas Provisões	10.567	(5.298)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(373)	(3.632)
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	(246.417)	231.181
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(9.171)	13.513
Aumento nos Recursos Vinculados	(4.934)	(7.499)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.791	3.450
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	4.656	1.963
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(16.011)	(10.846)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(11.355)	(8.883)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	0	(16.512)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.512)	9.027
Outros Resultados Abrangentes	138	12.920
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(16.374)	5.435
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	62	2
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	62	2
No Início do Exercício	1.063	1.061
No Final do Exercício	1.125	1.063

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

EM R\$ 1000

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
SALDO EM 01/01/2012	223.181	25.373	443	729	13.962	51.817	23.710	0	339.214
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620	(25.373)	(443)	(729)	0	(51.817)	(1.258)	0	0
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0	0	0	0	0	22.452	(22.452)	0	0
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	12.920	0	0	12.920
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	69.522	0	69.522
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	0	0	0	0	0	49.534	(49.534)	0	0
RESERVAS DE RET. DO LUCRO EXERC.ANTERIOR	0	0	0	0	1.088	(1.088)	0	0	0
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	0	0	0	0	3.476	0	(3.476)	0	0
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	0	0	0	0	0	0	(16.512)	0	(16.512)
SALDO EM 31/12/2012	302.801	0	0	0	18.526	83.818	0	0	405.144
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	0	0	0	0	0	0	0	138	138
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	0	0	(7.776)	0	(7.776)
RESERVAS DE RET. DO LUCRO EXERC.ANTERIOR	0	0	0	0	0	138	(138)	(138)	0
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	0	0	0	0	0	(7.776)	7.776	0	0
SALDO EM 31/12/2013	302.801	0	0	0	18.526	76.180	(138)	0	397.506

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$ mil)

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Bens de Estoques
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Endividamento
03	Alterações na Legislação Societária	14	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Operações de Créditos
05	Créditos Tributários	16	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Resultado do Exercício
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	21	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
11	Recursos Vinculados	22	Termos de Cooperação Técnica

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 26 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 96 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força da Decisão Normativa – DN/TCU nº 132/, de 02 de outubro de 2013, a Conab, apresentará Processo de Contas individual.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2013, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofrerem processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.



4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2013, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial. 4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença. 4.11 Outros Resultados Abrangentes: Os outros resultados abrangentes, na forma definida no CPC 26 e Resolução CFC nº 1.185/2009, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2013, totalizaram R\$138 mil e foram provenientes de baixas de valores recebidos no exercício de 2012. 4.12 Reconhecimento da Receita: 4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados. 4.13 Provisões para Contingências: Após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, ficou constituído o valor de R\$131.122 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas. A respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei nº 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON nº 22 e CPC nº 23. O saldo existente, juntamente com os Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as possíveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2014. 4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.																			
NOTA 5 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS																			
Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:																			
Em R\$ mil																			
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>ICMS a Compensar</td><td>260.852</td><td>254.178</td></tr><tr><td>IRRF a Compensar</td><td>44</td><td>56</td></tr><tr><td>Contribuições Outros Impostos</td><td>137</td><td>121</td></tr><tr><td>Total de Créditos Tributários Circulante</td><td>260.853</td><td>254.355</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	ICMS a Compensar	260.852	254.178	IRRF a Compensar	44	56	Contribuições Outros Impostos	137	121	Total de Créditos Tributários Circulante	260.853	254.355
Descrição	Exercício																		
	2013	2012																	
ICMS a Compensar	260.852	254.178																	
IRRF a Compensar	44	56																	
Contribuições Outros Impostos	137	121																	
Total de Créditos Tributários Circulante	260.853	254.355																	
Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.																			
NOTA 6 LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO																			
O montante de R\$137.465 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2014, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.																			
NOTA 7 RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL																			
7.1 Recursos a Receber por Transferência – Termo Cooperação De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$319.468 mil, relativo aos Termos de Cooperação Técnica, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente para pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com a seguinte composição: ● R\$49 mil, a ser repassado pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, para aquisição e distribuição de cestas. ● R\$280.704 mil, a ser repassado pela Secretaria de Produção de Agroenergia – SPAE/MAPA, para pagamento da Subvenção Extraordinária da Cana de Açúcar e Etanol. ● R\$2.475 mil, a ser repassado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA, para aquisição de produtos agrícolas da Agricultura Familiar. ● R\$36.240 mil, a ser repassado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS, para aquisição e doações de produtos agrícolas da Agricultura Familiar. 7.2 Recursos a Receber por Pagamento de RP – Inscrição Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$415.185 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição: ● R\$11.162 mil: refere-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2013, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte; ● R\$28.342 mil: refere-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2013, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA); ● R\$375.681 mil: refere-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2014; Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.																			
NOTA 8 DEVEDORES POR FORNECIMENTO																			
O saldo da conta está representado pelo montante de R\$10.951 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, com baixa processada na ocasião do retorno deles.																			
NOTA 9 CONTAS A RECEBER																			
O total de R\$455.626 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.																			

Os créditos a receber em cobrança na justa e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfêchos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfêchos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:																															
9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo																															
Em R\$ mil																															
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Créditos por Cessão de Pessoal</td><td>284</td><td>316</td></tr><tr><td>Créditos por Alienação</td><td>8.453</td><td>8.358</td></tr><tr><td>Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores</td><td>17.043</td><td>14.827</td></tr><tr><td>Créditos p/Infrações Legal/Contratual e Outros</td><td>132.729</td><td>135.489</td></tr><tr><td>Subtotal – Circulante</td><td>158.509</td><td>158.990</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	Créditos por Cessão de Pessoal	284	316	Créditos por Alienação	8.453	8.358	Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	17.043	14.827	Créditos p/Infrações Legal/Contratual e Outros	132.729	135.489	Subtotal – Circulante	158.509	158.990									
Descrição	Exercício																														
	2013	2012																													
Créditos por Cessão de Pessoal	284	316																													
Créditos por Alienação	8.453	8.358																													
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	17.043	14.827																													
Créditos p/Infrações Legal/Contratual e Outros	132.729	135.489																													
Subtotal – Circulante	158.509	158.990																													
9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo																															
Em R\$ mil																															
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Créditos por Alienação de Bens</td><td>52.565</td><td>56.387</td></tr><tr><td>Títulos a Receber</td><td>15.289</td><td>15.298</td></tr><tr><td>Outros Créditos</td><td>899</td><td>975</td></tr><tr><td>Créditos a Receber em Poder da Justiça</td><td>46.179</td><td>46.310</td></tr><tr><td>Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial</td><td>174.058</td><td>158.006</td></tr><tr><td>Créditos por Infrações Legal/Contratual</td><td>8.127</td><td>23.692</td></tr><tr><td>Subtotal – Não Circulante</td><td>297.117</td><td>300.668</td></tr><tr><td>Total – (Circulante + Não Circulante)</td><td>455.626</td><td>459.658</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	Créditos por Alienação de Bens	52.565	56.387	Títulos a Receber	15.289	15.298	Outros Créditos	899	975	Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.179	46.310	Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	174.058	158.006	Créditos por Infrações Legal/Contratual	8.127	23.692	Subtotal – Não Circulante	297.117	300.668	Total – (Circulante + Não Circulante)	455.626	459.658
Descrição	Exercício																														
	2013	2012																													
Créditos por Alienação de Bens	52.565	56.387																													
Títulos a Receber	15.289	15.298																													
Outros Créditos	899	975																													
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.179	46.310																													
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	174.058	158.006																													
Créditos por Infrações Legal/Contratual	8.127	23.692																													
Subtotal – Não Circulante	297.117	300.668																													
Total – (Circulante + Não Circulante)	455.626	459.658																													
NOTA 10 DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES																															
Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:																															
10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante																															
Em R\$ mil																															
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Entidades Devedoras - Federais</td><td>1.114</td><td>14.332</td></tr><tr><td>Créditos Parcelados</td><td>174</td><td>300</td></tr><tr><td>Recursos da União - Equalização</td><td>100.485</td><td>400.726</td></tr><tr><td>Total – Circulante</td><td>101.773</td><td>415.358</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	Entidades Devedoras - Federais	1.114	14.332	Créditos Parcelados	174	300	Recursos da União - Equalização	100.485	400.726	Total – Circulante	101.773	415.358												
Descrição	Exercício																														
	2013	2012																													
Entidades Devedoras - Federais	1.114	14.332																													
Créditos Parcelados	174	300																													
Recursos da União - Equalização	100.485	400.726																													
Total – Circulante	101.773	415.358																													
10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante																															
Em R\$ mil																															
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Entidades Federais</td><td>0,0</td><td>609</td></tr><tr><td>Créditos Parcelados</td><td>135</td><td>188</td></tr><tr><td>Créditos a Recuperar</td><td>62</td><td>62</td></tr><tr><td>Total – Não Circulante</td><td>197</td><td>859</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	Entidades Federais	0,0	609	Créditos Parcelados	135	188	Créditos a Recuperar	62	62	Total – Não Circulante	197	859												
Descrição	Exercício																														
	2013	2012																													
Entidades Federais	0,0	609																													
Créditos Parcelados	135	188																													
Créditos a Recuperar	62	62																													
Total – Não Circulante	197	859																													
NOTA 11 RECURSOS VINCULADOS																															
Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$143.907 mil.																															
NOTA 12 BENS DE ESTOQUES																															
Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque). O total de R\$498.118 mil, representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, - Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; para a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, a partir de 2007 até 2013; que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produto, de acordo com o vencimento de cada cédula. Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:																															
Em R\$ mil																															
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercício</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Estoques de Mercadorias</td><td>1.977.608</td><td>2.115.378</td></tr><tr><td>Estoques de Distribuição</td><td>230</td><td>239</td></tr><tr><td>Estoques de Almoxarifado</td><td>2.196</td><td>2.858</td></tr><tr><td>Materiais em Trânsito</td><td>8.105</td><td>14.012</td></tr><tr><td>Compra Antecipada - CPR</td><td>498.118</td><td>598.503</td></tr><tr><td>Total</td><td>2.486.257</td><td>2.730.990</td></tr></table>			Descrição	Exercício		2013	2012	Estoques de Mercadorias	1.977.608	2.115.378	Estoques de Distribuição	230	239	Estoques de Almoxarifado	2.196	2.858	Materiais em Trânsito	8.105	14.012	Compra Antecipada - CPR	498.118	598.503	Total	2.486.257	2.730.990						
Descrição	Exercício																														
	2013	2012																													
Estoques de Mercadorias	1.977.608	2.115.378																													
Estoques de Distribuição	230	239																													
Estoques de Almoxarifado	2.196	2.858																													
Materiais em Trânsito	8.105	14.012																													
Compra Antecipada - CPR	498.118	598.503																													
Total	2.486.257	2.730.990																													
12.1 – Equalização de Preços A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.																															

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2013, as equalizações totalizaram R\$433.962 mil.

NOTA 13 ENDIVIDAMENTO

Até o mês de dezembro/2013, as Obrigações Circulante, totalizaram o montante de R\$3.768.704 mil, com a seguinte composição:

R\$640.309 mil, relativos às liquidações de despesas, com aquisições de produtos, pagamento de subvenção da cana-de-açúcar e etanol e outros, que serão pagos em sua maioria, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

● R\$244.867 mil, referente às provisões constituídas para Contingências (ações cíveis, trabalhistas e tributárias), Férias e Encargos Sociais, Impostos e Outras.

● R\$601.813 mil, referente Termos de Cooperação Técnica, firmados entre a Conab, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA, garantidos pelos estoques e Cédula do produtor Rural - CPR.

● R\$2.208.062 mil, relativos aos débitos de Operações Especiais, referentes aos empréstimos e financiamentos, garantidos pelos estoques de produtos adquiridos para formação de estoques públicos, da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e Mercado de Opções.

R\$73.653 mil, de Outras Obrigações, relativas aos recebimentos de Depósitos e Cauções, Impostos e Contribuições a Recolher e Outras.

NOTA 14 CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

● **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

● **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

● **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2013	2012	2013	2012
Cível	61.946	48.603	137.709	110.195
Trabalhista	61.739	326.408	95.360	323.877
Tributária	5.504	8.021	17.887	16.346
Total	129.191	383.032	255.956	450.418

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

● **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

● **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

● **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2013	2012	2013	2012
Cível	267.976	12.130	298.541	15.481
Trabalhista	107.986	48.603	376.305	64.350
Tributária	117.955	75.186	102.849	21.821
Total	493.918	135.919	777.695	101.652

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

● **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

● **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

● **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2013	2012	2013	2012
Cível	1.838.126	124.475	1.099.155	96.237
Trabalhista	223	8.429	226	7.089
Tributária	40	8.052	57	18.346
Total	1.838.389	140.956	1.099.438	121.672

NOTA 15 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2013, corresponde a R\$2.208.062 mil.

NOTA 16 PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2013, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$436 mil e R\$163 mil, respectivamente.

NOTA 17 RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representadas com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2013, a Companhia apurou o prejuízo de R\$7.776 mil.

NOTA 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

18.2 Reserva Legal: Não houve constituição da Reserva Legal, em razão do resultado ter apresentado prejuízo.

18.3 Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2013, foi transferido para a Reserva de Retenção do Lucro, o valor de R\$138 mil, referente a Outros Resultados Abrangentes, nos termos do CPC 26 e Resolução CFC 1.185/2009 e o valor de R\$7.776 mil, foi absorvido pelas Reservas de Lucros, conforme parágrafo único, art. 189, da Lei nº 6.404/76.

NOTA 19 DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrado no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso, Pará e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2013, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inserções nas rubricas **“1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços”** e **“1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”**, o saldo do grupo aumentou para R\$72.108 mil.

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2012	61.637
2013	72.108

NOTA 20 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

20.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, as Companhias Nacionais de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2013 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2013, foram amortizadas 239, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2012 e 2013, respectivamente, foi de R\$14.941 mil e R\$1.114 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

20.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2012/2013, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2013, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$25.549 mil, beneficiando 4.708 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2013, referente à participação financeira dos empregados é de R\$16.635 mil.

NOTA 21 REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2013 e 2012, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações		Exercício	
		2013	2012
Maior Remuneração Dirigente		27.235,15	23.945,89
Menor Remuneração Dirigente		27.235,15	23.945,89
Maior Remuneração Empregado		29.326,61	27.220,73
Menor Remuneração Empregado		1.292,34	1.131,31

Salários Médios		Exercício	
		2013	2012
Dirigentes		27.235,15	23.945,89
Empregados		3.771,64	3.150,45



NOTA 22 TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA		22.2 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA																								
22.1 Programa de Revitalização – PNUD Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País. Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); b) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras) e, c) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis. As ações do projeto, em 2012 e 2013, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFE e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA . Em 2013, foram executados somente com recursos repassados do FUNCAFE/MAPA e estão assim demonstrados:		A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantida com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 524 municípios e 41.412 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 123 mil toneladas de produtos. Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadraram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2013.																								
Em R\$ mil		Brasília – DF, 31 de dezembro de 2013.																								
<table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">Exercícios</th></tr><tr><th>2013</th><th>2012</th></tr><tr><td>Repass – Recursos Próprios</td><td>0,0</td><td>4.369</td></tr><tr><td>Repass – Recursos FUNCAFE/MAPA</td><td>686</td><td>1.243</td></tr><tr><td>Repass – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA</td><td>0,0</td><td>472</td></tr><tr><td>Total de Repasses</td><td>686</td><td>6.084</td></tr></table>		Descrição	Exercícios		2013	2012	Repass – Recursos Próprios	0,0	4.369	Repass – Recursos FUNCAFE/MAPA	686	1.243	Repass – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	0,0	472	Total de Repasses	686	6.084	<table><tr><td>RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS PRESIDENTE</td><td>ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS</td></tr><tr><td>MARCELO DE ARAÚJO MELO DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO</td><td>LINEU OLÍMPIO DE SOUZA DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO</td></tr><tr><td>JOÃO MARCELO INTINI DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES</td><td>JOSÉ CARLOS DE ANDRADE SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53</td></tr></table>		RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS PRESIDENTE	ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS	MARCELO DE ARAÚJO MELO DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO	LINEU OLÍMPIO DE SOUZA DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO	JOÃO MARCELO INTINI DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES	JOSÉ CARLOS DE ANDRADE SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53
Descrição	Exercícios																									
	2013	2012																								
Repass – Recursos Próprios	0,0	4.369																								
Repass – Recursos FUNCAFE/MAPA	686	1.243																								
Repass – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	0,0	472																								
Total de Repasses	686	6.084																								
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS PRESIDENTE	ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS																									
MARCELO DE ARAÚJO MELO DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO	LINEU OLÍMPIO DE SOUZA DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO																									
JOÃO MARCELO INTINI DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES	JOSÉ CARLOS DE ANDRADE SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53																									
PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA																										
Exercício 2013																										
<table><tr><td>1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).</td><td>6. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2013, demonstrou que a Conab possui o montante de R\$ 90.623 mil registrado na rubrica “Depósitos Judiciais”, integrante do grupo “Recursos Vinculados”, oriundos de depósitos feitos por decisão judicial em decorrência de ações trabalhistas e cíveis transitadas em julgado ou em andamento, conforme explicitado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11. Sobre o referido saldo contábil não foi possível emitir nossa opinião, visto que não foram disponibilizados relatórios extracontábeis, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, que servissem de parâmetro para as análises pertinentes. A respeito da matéria, a Companhia está formalizando convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF com a finalidade de dar acesso à Conab aos extratos ou relatórios que demonstrem os valores depositados judicialmente naquela instituição financeira. Da mesma forma, o assunto está inserido no escopo do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal.</td></tr></table>				1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).	6. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2013, demonstrou que a Conab possui o montante de R\$ 90.623 mil registrado na rubrica “Depósitos Judiciais”, integrante do grupo “Recursos Vinculados”, oriundos de depósitos feitos por decisão judicial em decorrência de ações trabalhistas e cíveis transitadas em julgado ou em andamento, conforme explicitado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11. Sobre o referido saldo contábil não foi possível emitir nossa opinião, visto que não foram disponibilizados relatórios extracontábeis, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, que servissem de parâmetro para as análises pertinentes. A respeito da matéria, a Companhia está formalizando convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF com a finalidade de dar acesso à Conab aos extratos ou relatórios que demonstrem os valores depositados judicialmente naquela instituição financeira. Da mesma forma, o assunto está inserido no escopo do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal.																					
1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).	6. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2013, demonstrou que a Conab possui o montante de R\$ 90.623 mil registrado na rubrica “Depósitos Judiciais”, integrante do grupo “Recursos Vinculados”, oriundos de depósitos feitos por decisão judicial em decorrência de ações trabalhistas e cíveis transitadas em julgado ou em andamento, conforme explicitado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 11. Sobre o referido saldo contábil não foi possível emitir nossa opinião, visto que não foram disponibilizados relatórios extracontábeis, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, que servissem de parâmetro para as análises pertinentes. A respeito da matéria, a Companhia está formalizando convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF com a finalidade de dar acesso à Conab aos extratos ou relatórios que demonstrem os valores depositados judicialmente naquela instituição financeira. Da mesma forma, o assunto está inserido no escopo do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal.																									
Brasília, 28 de março de 2014																										
<table><tr><td>Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira Auditora Interna CRC/PB 010834/O-4</td><td>João Gonçalves Filho Auditor Interno CRC/DF 0185841/O-7</td></tr><tr><td>Oswaldo Gonçalves Pateiro Auditor Interno CRC/RJ n.º 094366</td><td>Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes Auditora Interna CRC/DF n.º 6046/O-6</td></tr><tr><td>Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva Auditora Interna CRC/DF n.º 7417/O-0</td><td>Mariana Vilar da Fonseca Auditora Interna CRC/PB 010827/O-0</td></tr></table>				Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira Auditora Interna CRC/PB 010834/O-4	João Gonçalves Filho Auditor Interno CRC/DF 0185841/O-7	Oswaldo Gonçalves Pateiro Auditor Interno CRC/RJ n.º 094366	Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes Auditora Interna CRC/DF n.º 6046/O-6	Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva Auditora Interna CRC/DF n.º 7417/O-0	Mariana Vilar da Fonseca Auditora Interna CRC/PB 010827/O-0																	
Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira Auditora Interna CRC/PB 010834/O-4	João Gonçalves Filho Auditor Interno CRC/DF 0185841/O-7																									
Oswaldo Gonçalves Pateiro Auditor Interno CRC/RJ n.º 094366	Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes Auditora Interna CRC/DF n.º 6046/O-6																									
Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva Auditora Interna CRC/DF n.º 7417/O-0	Mariana Vilar da Fonseca Auditora Interna CRC/PB 010827/O-0																									
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES																										
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																										
AOS DIRETORES E CONSELHEIROS COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB Brasília - DF Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB , que compreendem o Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2013, e as Demonstrações do Resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondente ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A administração da CONAB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou por erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável, para que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a responsabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.																										
<table><tr><td>Opinião</td><td>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima, referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações assim como as variações patrimoniais desse período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</td></tr><tr><td>ÊNFASE</td><td>Fomos contratados após o processo de levantamento de inventário, o que nos impossibilitou de efetuar o acompanhamento do mesmo, sendo que aplicamos testes alternativos para confirmação do saldo de R\$ 1.979.542.663,84 em 31/12/2013.</td></tr><tr><td>Outros Assuntos</td><td></td></tr><tr><td>Demonstração do Valor Adicionado</td><td>Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</td></tr><tr><td>Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior</td><td>O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria na data de 18 de abril de 2013, sem ressalvas.</td></tr></table>				Opinião	Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima, referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações assim como as variações patrimoniais desse período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	ÊNFASE	Fomos contratados após o processo de levantamento de inventário, o que nos impossibilitou de efetuar o acompanhamento do mesmo, sendo que aplicamos testes alternativos para confirmação do saldo de R\$ 1.979.542.663,84 em 31/12/2013.	Outros Assuntos		Demonstração do Valor Adicionado	Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior	O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria na data de 18 de abril de 2013, sem ressalvas.													
Opinião	Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima, referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações assim como as variações patrimoniais desse período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.																									
ÊNFASE	Fomos contratados após o processo de levantamento de inventário, o que nos impossibilitou de efetuar o acompanhamento do mesmo, sendo que aplicamos testes alternativos para confirmação do saldo de R\$ 1.979.542.663,84 em 31/12/2013.																									
Outros Assuntos																										
Demonstração do Valor Adicionado	Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.																									
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior	O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria na data de 18 de abril de 2013, sem ressalvas.																									
Brasília, DF, 28 de março de 2014.																										
<table><tr><td>MACIEL AUDITORES S/S EPP CRC RS 5.460/O-0 “S” DF ROGER MACIEL DE OLIVEIRA CRC RS 71.505/O-3 Responsável Técnico</td><td>ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO CRC RS 65.932/O-7 “S” DF Responsável Técnica</td></tr></table>				MACIEL AUDITORES S/S EPP CRC RS 5.460/O-0 “S” DF ROGER MACIEL DE OLIVEIRA CRC RS 71.505/O-3 Responsável Técnico	ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO CRC RS 65.932/O-7 “S” DF Responsável Técnica																					
MACIEL AUDITORES S/S EPP CRC RS 5.460/O-0 “S” DF ROGER MACIEL DE OLIVEIRA CRC RS 71.505/O-3 Responsável Técnico	ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO CRC RS 65.932/O-7 “S” DF Responsável Técnica																									
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB																										
O Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Conab, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, resolve aprová-los, com as ressalvas contidas no citado Parecer, e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF, 16 de abril de 2014. <table><tr><td>JOSÉ GERARDO FONTELLES Presidente</td><td>RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS Conselheiro</td></tr><tr><td>CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA Conselheiro</td><td>ANDRE DE OLIVEIRA SUCAR Conselheiro</td></tr></table>				JOSÉ GERARDO FONTELLES Presidente	RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS Conselheiro	CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA Conselheiro	ANDRE DE OLIVEIRA SUCAR Conselheiro																			
JOSÉ GERARDO FONTELLES Presidente	RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS Conselheiro																									
CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA Conselheiro	ANDRE DE OLIVEIRA SUCAR Conselheiro																									
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB																										
O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à vista do Parecer dos Auditores Independentes MACIEL - Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, sem ressalvas, e do Parecer da Unidade de Auditoria Interna, com ressalvas, ambos de 28 de março de 2014, elaborados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, ressalvados os fatos relatados nos parágrafos 5 e 6 do Parecer da Unidade de Auditoria Interna. O Conselho Fiscal enfatiza que as operações governamentais apresentaram resultado econômico de R\$ 5.280, quando deveria ser zero, tendo impacto no resultado da Companhia. Tal fato foi regularizado, em janeiro de 2014, uma vez que se tratou de registro contábil indevido, relativo à transferência de saldos de tributos das Superintendências Regionais - Sures PE e AL, regularizado conforme Nota de Lançamento nº 2014NL00850. Brasília/DF., 17 de abril de 2014 <table><tr><td>MARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA PRESIDENTE</td><td>LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA Conselheira Titular</td><td>PEDRO ROBERTO ROCHA Conselheiro Titular</td></tr></table>				MARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA PRESIDENTE	LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA Conselheira Titular	PEDRO ROBERTO ROCHA Conselheiro Titular																				
MARIA DOS REMÉDIOS VILAR TEIXEIRA PRESIDENTE	LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA Conselheira Titular	PEDRO ROBERTO ROCHA Conselheiro Titular																								

(*) N. da Coojo: Republicado por ter saído no DOU de 28-4-2014, Seção 1, página 3, com incorreção.